

# A Inquisição e a Mitra de Lisboa: análise a partir do governo do arcebispo D. Miguel de Castro (1586-1625)\*

DANIEL NORTE GIEBELS

Doutorando em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Resumo:** Os bispos portugueses encontram-se estreitamente ligados ao processo de fundação e estabelecimento da Inquisição, sucedendo-se, na perspectiva de alguns estudos, uma evidente cooperação e até mesmo complementariedade entre a actuação dos tribunais inquisitorial e eclesiástico. Outros autores contrapõem com a ideia de que a relação entre estes dois poderes evoluiu e também foi marcada pelo conflito. Esta será uma questão subjacente ao trabalho que aqui se propõe, centrando-se na relação entre a Inquisição e D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa (1586-1625). Foram definidos quatro tempos dessa mesma relação, sendo identificados e justificados por uma análise conjuntural atenta às relações políticas entre os agentes do campo religioso e o percurso de D. Miguel de Castro.

**Palavras-chave:** Inquisição, Poder episcopal, União Ibérica, Arcebispado de Lisboa.

**Abstract:** The Portuguese bishops are closely related to the process of founding and establishment of the Inquisition, following, according to some studies, a clear cooperation and even a complementarity between the performance of the Inquisition and the ecclesiastical courts. Other authors have opposed this idea with the thesis that the relationship between these two powers has evolved and was essentially marked by conflicts. This will be an underlying issue to the work being proposed here, focusing on the relationship between the Inquisition and D. Miguel Castro, archbishop of Lisbon (1586-1625). The present article is divided into four different stages of this relationship, identified and justified by a careful contextual analysis of the political relations between players in the religious domain and the personal itinerary of D. Miguel Castro.

**Keywords:** Inquisition, Episcopal Power, Iberian Union, Archbishopric of Lisbon.

\* Este artigo tem como base a dissertação de Mestrado em História Moderna, apresentada e defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em Dezembro de 2008. GIEBELS, Daniel — *A relação entre a Inquisição e D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa (1586-1625)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.

Alguns estudos mais recentes trouxeram para o debate historiográfico a problemática da relação entre a Inquisição e outros poderes concorrentes no mesmo domínio jurisdicional, entre estes últimos, o episcopado. José Pedro Paiva defende que o episcopado português colaborou, de uma forma geral, com o Santo Ofício, e que ambos os poderes, unidos por múltiplos vínculos internos, e sob a mediação da Coroa, se aliaram na defesa da fé e da ortodoxia católica<sup>1</sup>. Esta colaboração, refere o mesmo autor, resultou numa aparente complementariedade dos tribunais no controlo dos comportamentos sociais<sup>2</sup>. Giuseppe Marcocci, por sua vez, afirma a existência de um conflito constante entre estes dois poderes, de resto relacionado com um esforço pela conservação dos direitos e privilégios que cada um tinha para actuar no domínio do religioso<sup>3</sup>.

Não obstante este evidente antagonismo interpretativo, será transversal a toda a historiografia que se debruça sobre este tema a ideia de que o estabelecimento da Inquisição em Portugal veio a provocar profundas alterações no “campo religioso”, usando uma expressão esclarecedora de Francisco Bethencourt<sup>4</sup>. Ora, mesmo considerando a participação activa dos bispos na consolidação do tribunal inquisitorial, seja esta ao nível dos quadros humanos, como da disponibilização dos seus próprios aparelhos institucionais e recursos financeiros para a actividade do Santo Ofício, a deflagração de conflitos em torno de aspectos jurisdicionais ou de representação pública dos poderes será compreensível, e até mesmo incontornável, no quadro da reestruturação política e social deste campo.

Contribuindo para o debate em questão, este estudo pretende discutir se estes momentos de discórdia podem ser considerados fortes indicadores de uma ruptura efectiva das relações institucionais, a propósito da tese de Marcocci, ou se representam desvios a uma postura dita institucional, sugerindo perspectivas alternativas a esta. Propõe-se trazer para esta análise uma figura que encabeçou um dos governos mais longos da arquidiocese de Lisboa, entre 1586 e 1625, tendo acumulado durante esse período o cargo de presidente da junta de governadores, entre 1593 e 1599, e o de vice-rei, entre 1615 e 1617<sup>5</sup>. Foi ele o arcebispo D. Miguel de Castro (1536?-1625)<sup>6</sup>.

1 Ver PAIVA, José Pedro – Os Bispos e a Inquisição Portuguesa (1536-1613). *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 15 (2003), p. 57.

2 Ver ainda do mesmo autor o seguinte artigo: Inquisição e Visitas Pastorais – Dois Mecanismos Complementares de Controlo Social? *Revista de História das Ideias*, 2 (1989), p. 85-102.

3 Cf. MARCOCCI, Giuseppe – *I Custodi dell'ortodossia – Inquisizione e Chiesa nel Portogallo del Cinquecento*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2004.

4 Cf. BETHENCOURT, Francisco – Campo Religioso e Inquisição em Portugal no século XVI. *Estudos Contemporâneos*, 6 (1984), p. 43.

5 A nomeação deu-se a 19 de Junho de 1615. Cf. OLIVAL, Fernanda – *Filipe II. De cognome “O Pio”*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 148, 164-165. Ver sobre este assunto SCHAUB, Jean-Frédéric – *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 99.

6 Não se consegue precisar qual foi a data de nascimento, embora seja indicado 1536 como uma data provável. Sabe-se, no entanto, que D. Miguel nasceu em Évora, o que poderá surgir uma proximidade entre a sua família e o cardeal D. Henrique. Cf. ASV – Archivio Consistoriale, Acta camerarii, vol. 11, fl. 250, para a naturalidade.

Da sua vida há que destacar dois aspectos essenciais: a experiência enquanto inquisidor e a filiação da sua família ao partido filipino.

Castro, doutorado em Teologia pela Universidade de Coimbra, foi nomeado inquisidor de Lisboa a 18 de Junho de 1566<sup>7</sup> e, a 3 de Setembro de 1577, foi eleito membro do Conselho Geral do Santo Ofício<sup>8</sup>. Reconhecendo o facto de que os inquisidores ibéricos seriam predominantemente canonistas, não será descabida a ideia de que Castro, enquanto teólogo de formação, tenha participado em debates em torno das matérias jurisdicionais, essencialmente centradas na definição de heresia<sup>9</sup>. Entre esses debates estariam as medidas emanadas do Concílio de Trento que visavam o reforço da autoridade dos prelados, as quais poderiam criar embaraços nas relações entre a Igreja e a Inquisição.

Em segundo lugar, o apoio da família dos Castro ao partido pró-filipino, em tempos da sucessão ao trono de Portugal, resultou na ascensão social desta família na nova realidade política que se impunha, tendo os seus membros ocupado importantes cargos na administração pública e na justiça secular, dos quais se destaca o percurso de D. Diogo de Castro, segundo Conde de Basto e sobrinho de D. Miguel<sup>10</sup>. A promoção de D. Miguel de Castro a arcebispo de Lisboa, a 7 de Fevereiro de 1586, após ter estado à frente do governo da diocese de Viseu desde 1578, pode ser enquadrada nesta política de reconhecimento dos Castros pela monarquia hispânica<sup>11</sup>.

Em suma, estamos perante um arcebispo que conheceu os meandros do tribunal da Inquisição e que contou, durante o seu governo, com uma posição social de relevo e com uma sólida rede de relações clientelares e familiares vinculadas com os mais elevados cargos sociais e políticos.

7 Ver ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 256.

8 Ver o traslado da provisão de D. Miguel de Castro e termo de juramento em ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 192, fl. 6-10.

9 Sobre a formação dos inquisidores ibéricos e italianos ver BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Temas e Debates e Autor, 1996, p. 116-122.

10 Regedor da Casa da Suplicação a partir de 7 de Junho de 1605, sendo promovido a presidente da mesma em 1611. Foi ainda membro do Conselho de Estado, desde D. Filipe III, e presidente do Desembargo do Paço por carta de 15 de Fevereiro de 1614. Pertenceu à junta de governadores de 1621-1622 e de 1622 e 1626, sendo investido vice-rei entre 1633 e 1634. Entre vários livros sobre as geneologias da nobreza portuguesa, destaco, pela sua actualidade e por ser norteado por objectivos semelhantes ao desta apresentação, o trabalho de Rute Pardal: “Serviço Político e Ascensão Social: o percurso dos Castro ao tempo da dominação filipina (1580-1640)”. Comunicação que partiu da sua obra que também é aqui recomendada: *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina: estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora em Junho de 2003, Évora, 2003 (exemplar policopiado), p. 113-116.

11 A data da preconização como bispo de Viseu encontra-se em ASV – Archivio Consistoriale, Acta camerarii, vol. 11, fl. 250. Sobre a nomeação do mesmo para o lugar de arcebispo de Lisboa ver: ACP – Cópia autentica extraída do Livro VI do Registo da Câmara Eclesiástica deste Patriarchado que serviu no tempo em que era Arcebispo 1790, Livro 704, fl. 317v-318 (o original é o livro 702 do mesmo arquivo). Ver ainda Cf. ASV – Archivio Consistoriale, Acta camerarii, Vol. 12, fl. 39. O Pe. Moreira das Neves diz que foi promovido pelo Papa Sisto V a Arcebispo de Lisboa em 1585 (o que é um lapso), tomando posse da Sé a 2 de Julho de 1585. Segundo o mesmo autor, quando D. Filipe II entregou o governo de Portugal ao arquiduque Alberto, deu-lhe D. Miguel de Castro como adjunto. NEVES, Pe. Moreira das – *O Cardeal Cerejeira Patriarca de Lisboa*, Lisboa: ProDomo, 1947, p. 48.

## Entre a cooperação e a afirmação (1586-1599)

O período em questão, no que concerne à relação do antístite com o Tribunal da Fé, poderá ser dividido em dois andamentos: um primeiro, compreendido entre 1586 e 1593, e um segundo, que se situaria entre 1593 e 1599.

O primeiro corresponde ao período em que a Inquisição era governada pelo cardeal D. Alberto, durante o qual se deve reconhecer o esforço feito para aprofundar a articulação entre a actividade da Igreja e a da Inquisição, através do respeito pelas jurisdições de ambas as instâncias. Assim, se por um lado o inquisidor geral confirmava o judaísmo como o centro das preocupações inquisitoriais, por outro, procurava reservar os delitos de foro misto, como a bigamia, a blasfémia e a feitiçaria, quando salvas de qualquer heresia, para a jurisdição eclesiástica<sup>12</sup>. Reveste-se também de especial importância o facto de o inquisidor geral pertencer à família real. Ora, como se assinalou, D. Miguel de Castro teria sido, muito possivelmente, elevado à mitra de Lisboa pelo reconhecimento do apoio prestado por este e sua família à causa filipina, pelo que seria sensato evitar qualquer confronto com a instituição presidida pelo Cardeal Arquiduque, sobrinho do monarca. Compreende-se assim que Castro, ao contrário de outros prelados seus coetâneos, como o de Évora e Coimbra, as duas dioceses onde havia um tribunal distrital e se realizavam autos-da-fé, não tenha aderido à polémica dos assentos dos prelados naqueles rituais<sup>13</sup>.

Nesta fase, a postura de D. Miguel de Castro face à actividade inquisitorial foi antes de uma aparente passividade, justificada, ao que parece, pelas circunstâncias atrás referidas. Atesta-o a ausência de conflitos registados. Por exemplo, logo em 1587, foram feitas duas visitas inquisitoriais a Lisboa, fixando-se Jerónimo de Pedrosa nos mosteiros de São Roque e de São Francisco, e António de Mendonça na Sé Catedral, num claro esforço de apropriação simbólica dos espaços e sem que, no entanto, o arcebispo se tenha pronunciado sobre as confissões e denúncias de sodomitas e bigamos que aí tiveram lugar<sup>14</sup>.

No segundo andamento, já com a Inquisição sob o governo do Conselho Geral ou do bispo de Elvas, D. António Matos de Noronha, presenciamos o primeiro desentendimento entre o arcebispo e o Tribunal da Fé, tendo este incidido sobre a censura literária. Os textos da autoria de bispos também eram objecto de censura por parte do Santo Ofício, mas não se encontram bispos a contestá-la<sup>15</sup>. Pelo contrário,

12 BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições...*, *ob.cit.*, p.171-172.

13 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 91, cartas 16, 29, 37, 48 e 49, (fls. não renumerado).

14 Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Livro 802.

15 Cf. PAIVA, José Pedro – Os bispos e a Inquisição portuguesa..., *art. cit.*, p. 43-76.

por norma, os prelados solicitavam autorização à Inquisição para imprimir obras da sua lavra<sup>16</sup>.

Em 1597, o Conselho Geral mandou rever todos os livros da cidade e distrito de Lisboa, pedindo relações de quaisquer obras adquiridas ou impressas, e ordenando que isso fosse divulgado nos púlpitos das igrejas e mosteiros da cidade e do seu distrito<sup>17</sup>. É possível ver por trás desta medida uma resposta do Conselho Geral à audácia do arcebispo de Lisboa, quando, em 1595, fez publicar um breve que a Inquisição e o monarca pediram que não fosse publicado. O início deste episódio remonta a uns poucos anos antes.

Os pontífices costumavam publicar todos os anos, em dia de Quinta-feira Santa, uma bula que começava por *In Coena Domini*, ficando conhecida em Portugal como a bula da Ceia. Nela eram condenados, com censuras reservadas ao pontífice, vários casos específicos de ofensas à fé católica, à Igreja e a certos princípios da humanidade<sup>18</sup>. Nas *Constituições Extravagantes Segundas do Arcebispado de Lisboa*, feitas no sínodo de 30 de Maio de 1568, publicadas em Lisboa em 1568 e reimpressas em 1588 por D. Miguel de Castro, vem traduzida integralmente a bula da Ceia publicada por Pio V em 10 de Abril de 1568<sup>19</sup>. As disposições impostas nestes diplomas não foram bem recebidas por certos sectores seculares, tendo a contestação a estas aumentado significativamente de tom durante o governo filipino. A 24 de Janeiro de 1590, o monarca escreveu aos arcebispos para que não publicassem um jubileu do Papa Sisto V, no qual se dava poder aos confessores para absolverem casos de heresia interna, isto é, não públicos, no foro da confissão<sup>20</sup>.

Em 1595 a situação repetiu-se quando o Papa Clemente VIII publicou um novo jubileu por causa da bula da Ceia. O jubileu proclamava que o Papa dava poder a qualquer confessor, aprovado pelo ordinário, para absolver no foro da consciência o crime de heresia, exceptuando quando o herege estivesse declarado e condenado por tal. Diz mais que a absolvição do crime de heresia cabia ao Papa. Os inquisidores consideraram que se devia pedir aos bispos que não publicassem o tal jubileu até terminar a Quaresma, altura em que todos os fiéis estavam obrigados a confessar-se. A bula era ainda vista como prejudicial à actividade do Tribunal inquisitorial, uma vez que, se o bispo podia delegar em qualquer confessor a autoridade de absolver no foro

16 Como o fez o bispo de Coimbra, em 12 de Outubro de 1589, para imprimir as Constituições Sinodais do seu bispado. Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 91, carta 40, fl. não renumerado.

17 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 369, fl. 144. Este livro refere ainda alguns livros, autores e livrarias que estariam sobre vigilância da Inquisição, referindo ainda visitas a livrarias decorridas em 1606.

18 ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1968 (1ª edição é de 1910-1928), Vol. II, p. 333-334.

19 Cf. BNL – *Constituições do Arcebispado de Lisboa assi as antigas como as extravagantes primeiras & segundas. Agora novamente impressas por mandado do Ilustrissimo & Reverendissimo Senhor Dom Migel de Castro Arcebispo de Lisboa*. Lisboa: Oficina de Belchior Rodrigues, 1588.

20 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 129, f. 1; 157-158.

da consciência, os hereges absolvidos não estavam obrigados a denunciar cúmplices na Inquisição, o que poderia prejudicar a actividade inquisitorial. O inquisidor geral enviou uma carta a todos os prelados do Reino para que sobreestivessem na publicação da bula.

Todavia, à revelia deste pedido, em 1595, D. Miguel de Castro mandou imprimir o dito jubileu a um impressor de Lisboa, após ter sido traduzido para português<sup>21</sup>. Na documentação não são adiantadas mais informações que permitam deslindar esta intrigante atitude do arcebispo. No entanto, sabemos que este não se opôs ao pedido do monarca de 24 Janeiro de 1590, a propósito da não publicação do jubileu de Sisto V. O que mudou entretanto? Com o afastamento do cardeal D. Alberto do cargo de inquisidor geral e de vice-rei de Portugal, em 1593, D. Miguel de Castro passou a ter um estatuto pessoal superior ao dos personagens que ao tempo governavam a Inquisição, isto é, os deputados do Conselho – que nem sequer tinham dignidade prelatícia – e o bispo de Elvas, que até era seu sufragâneo e, portanto, subordinado. Acrescia que ele próprio, para além de arcebispo, fora elevado ao lugar de governador do Reino. Se esta nova situação justificou algum distanciamento face aos assuntos da sua Igreja, para a qual passou a ter menos tempo, por outro lado, permitiu-lhe manter uma posição de superioridade nas representações públicas ao lado dos inquisidores<sup>22</sup>. Não admira, por isso, vê-lo nos autos-da-fé de 1594 e 1597, onde, enquanto governador e não prelado, tinha um tipo de tratamento e lugar no cadafalso que não inferiorizavam o arcebispo de Lisboa ante inquisidores, antigos colegas do Conselho Geral ou até bispos de menor estatuto que o seu<sup>23</sup>.

Como tal, apesar de não se verificarem atritos de monta entre o arcebispo e o Tribunal, ele não quis deixar de afirmar a sua jurisdição e autoridade, explicação que poderá estar subjacente ao comportamento observado no episódio da bula da Ceia.

Exceptuando este último caso, a relação de D. Miguel de Castro com a Inquisição durante este período, de 1586 a 1599, foi isenta de conflitos. Outro indício da boa cooperação entre D. Miguel de Castro e a Inquisição reside no próprio culminar dos processos inquisitoriais. Os processos terminavam com a leitura, em Mesa, dos vários autos lavrados ao longo das sessões de interrogatório. Nas mesas dos tribunais distritais os processos eram julgados pelos inquisidores e deputados, e a votação das sentenças obrigava ainda, como estava estipulado no direito canónico e bulas da Inquisição, à presença do bispo da jurisdição do réu, garantindo o voto colegial. Analisaram-se, sob a forma de sondagem, despachos dos anos de 1589, 1591 e 1599 do Tribunal de Lisboa, tendo-se verificado que na maior parte dos casos os ordinários não compareciam

21 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 99, f. 77. Ver também o livro 129 do mesmo fundo.

22 Numa carta de 9 de Fevereiro de 1596, D. Miguel de Castro, pelo problema da acumulação de cargos durante este período, delega algumas das suas funções na governação da arquidiocese ao Doutor Francisco Rebelo. Cf. ACP – Cópia autentica extraída do Livro VI do Registo da Câmara Eclesiástica deste Patriarchado que serviu no tempo em que era Arcebispo 1790, Livro 704, fl. 317v-318 (o original é o livro 702 do mesmo arquivo).

23 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 436, fl. 94, 98.



pessoalmente no despacho, antes delegavam o seu voto em inquisidores. De facto, tal sucedeu com os prelados de Lisboa, Elvas e Algarve que passaram procurações aos próprios inquisidores para os representarem. Apenas o ordinário do priorado do Crato compareceu pessoalmente aos despachos.

D. Miguel de Castro, nestes anos, demonstrou a sua total confiança na instituição, ao delegar a sua representação no inquisidor mais velho. Mesmo em casos de foro misto, como a bigamia, tal se verificou. Foi o sucedido com Francisco Soares, cristão-novo, natural e residente em Lisboa, despachado em mesa, no dia 23 de Fevereiro de 1597, por bigamia. Para além da pena estipulada para este caso, ficava ainda por decidir pelo ordinário quem seria a mulher com que este deveria fazer vida marital<sup>24</sup>. Sinal extraordinário e invulgar de cooperação entre a Inquisição e o arcebispo D. Miguel de Castro, que afasta, nesta fase, a ideia de um qualquer conflito jurisdicional entre as duas partes.

### Face ao projecto do perdão geral (1599-1605)

O processo político e diplomático que desembocaria na publicação do breve do perdão geral, em 1605, contou com a participação activa da Igreja portuguesa, consciente das repercussões negativas que o perdão teria na autoridade do Santo Ofício e na preservação da religião católica em Portugal<sup>25</sup>. Em resposta a esta ameaça, emerge no seio desta instituição, a partir de Novembro de 1601, um movimento de contestação incitado e encabeçado pelo arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança, e que se estende até Abril de 1602. São conhecidas várias cartas suas dirigidas ao arcebispo de Braga, nas quais refere o que considerava ser a ameaça cristã-nova, procurando incentivar o seu congénere bracarense a contestar junto da corte madrilena, conjuntamente com o arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro<sup>26</sup>.

A estratégia dos prelados, tal como a de outros agentes envolvidos nestas negociações, desdobrava-se em dois palcos: a Coroa e a Santa Sé. Em resposta às cartas enviadas por estes ao Santo Padre, foi decidido, por este último, suspender a publicação do breve até que os prelados expusessem os inconvenientes do perdão, pedindo a D. Filipe III que voltasse a consultar pessoas doutas. O duque de Sessa lembrou ao monarca que as pessoas em Portugal estavam mal informadas e que este negócio já teria sido analisado por pessoas doutas, e que nem os cardeais de Roma encontraram nele quaisquer dificuldades. Acrescentava mesmo que a Igreja lusa não se opunha de

24 Cf. ANTT – Inquisição de Lisboa, Livro 6, f. 46v.

25 O episódio do perdão geral de 1604/1605 foi bem estudado por Ana Isabel López-Salazar Codes em *La Inquisición Portuguesa Bajo Felipe III. 1599-1615*. Ciudad Real, Trabalho de investigação apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Castilla-La-Mancha, 2006, p. 34-50.

26 Ver MARQUES, José – Filipe III de Espanha (II de Portugal) e a Inquisição Portuguesa face ao projecto do 3.º perdão geral para os cristãos-novos portugueses. *Revista da Faculdade de Letras*. 2ª Série, 10 (1993), Porto, p. 177-203.

forma consensual, e que apenas alguns prelados, movidos por interesses pessoais e não pela fé, é que se opuseram, algo que seria falso<sup>27</sup>.

Contrariando as afirmações de Sessa, chegavam à corte de Valhadolid, em Abril de 1602, os três arcebispos portugueses, D. Teotónio de Bragança, D. Agostinho de Jesus e D. Miguel de Castro, acompanhados por Bartolomeu da Fonseca e Martim Gonçalves da Câmara, estes do Conselho Geral do Santo Ofício, e um padre jesuíta. Deparam-se com um monarca que tinha uma posição flutuante, oscilando entre a conservação da fé católica e a riqueza paga pelos conversos. D. Teotónio de Bragança acusava ainda o confessor do rei de o influenciar neste assunto.

Os três metropolitas portugueses, em nome de todo o episcopado lusitano, apresentaram à Corte de Madrid, em documento escrito, seis razões contra o perdão geral. Nele repetiam os argumentos utilizados pela Inquisição, como a experiência negativa dos perdões anteriores ou o facto de esta minoria não demonstrar sinais de arrependimento, alertando ainda para o escândalo que se instalaria em todo o País e o desprestígio que adviria para o Santo Ofício<sup>28</sup>. A prelazia portuguesa, entre esta o arcebispo D. Miguel de Castro, reconhecia o papel da Inquisição na sociedade portuguesa e, por isso, defendia-a.

O caminho percorrido até à publicação do perdão geral é pouco claro, mas importa fazer um balanço do impacto que este processo teve na vida das instituições envolvidas e no seu relacionamento. Houve, a par deste processo, uma clara intenção do monarca em controlar o tribunal do Santo Ofício, sobretudo por via da influência política exercida sobre o inquisidor geral, algo que resultou numa grande rotatividade neste cargo, pontuada por períodos marcados pelo absentismo e, até mesmo, por vacatura. A ingerência da Coroa exercida sobre a Inquisição passou ainda pela convocação de duas juntas, em 1602 e 1604, com o objectivo de analisar e propor medidas que reformassem a estrutura e actividade do tribunal.

Embora fosse evidente alguma fragilização institucional, decorrente desta ingerência, assistimos a uma Inquisição que, apoiada por outros poderes da sociedade portuguesa, com destaque para o episcopado, se manteve una e resistente aos desígnios da Coroa face à questão do perdão geral. Contrariando esse espírito, o monarca afastou D. Alexandre de Bragança do cargo de inquisidor geral e nomeou, para o mesmo lugar, a 24 de Fevereiro de 1604, o bispo de Leiria, D. Pedro de Castilho<sup>29</sup>. Este prelado, que já antes teria participado na última das referidas juntas, cumpria agora mais um papel na estratégia política de D. Filipe III, consentindo com a publicação, a 16 de Janeiro de 1605, por ordem régia de 13 de Dezembro de 1604, do breve que Clemente VIII

27 Cf. LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel – *La Inquisición Portuguesa...*, *ob.cit.*, p. 34.

28 Cf. MARQUES, José – Filipe III de Espanha (...) e a Inquisição Portuguesa..., *art.cit.*, p. 187.

29 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 88, portaria 8, fl. não renumerado.



promulgou a 23 de Agosto de 1604 e que concedia, finalmente, o perdão geral<sup>30</sup>. Colaboração que lhe valeria uma abupta escalada social, sendo ainda alcandorado a vice-rei em 1605, mas que, por outro lado, o colocaria numa posição de conflito com um Reino cujos esforços foram frustrados pela sua cumplicidade no projecto régio. Nessa altura, o arcebispo de Braga já estaria muito doente e o de Évora falecera em 1602. Restava apenas D. Miguel de Castro do grupo de arcebispos que se apresentaram em Valhadolid.

## Na disputa jurisdicional (1605-1615)

Para o período compreendido entre 1586 e 1605, e em jeito de balanço, podemos concluir que D. Miguel de Castro adoptou uma atitude cooperante com o Santo Ofício, confiando e reconhecendo o papel dos seus agentes na expurgação dos comportamentos considerados desviantes à doutrina católica. A defesa dos interesses do Tribunal da Fé durante as negociações travadas em torno da questão do perdão geral, em parceria com os seus congéneres, é ilustrativa não só de uma posição institucional, mas enfatiza uma postura pessoal de confluência e cumplicidade com a instituição inquisitorial. Neste último contexto, o arcebispo assistiu a um cercear da jurisdição e autonomia do tribunal, situação agravada com as limitações que o perdão geral viria a colocar à repressão sobre os cristãos-novos. Em segundo lugar, as juntas reunidas em 1602 e 1604 manifestavam a necessidade de uma reforma do aparelho inquisitorial, pelo que seria expectável, por estes dois motivos, que o período imediatamente encetado após a publicação do perdão geral em 1605 coincidisse com uma fase de reorganização, autonomia e afirmação jurisdicional do mesmo.

D. Pedro de Castilho, quando foi nomeado inquisidor geral, estaria certamente receptivo à ideia de uma reforma profunda da Inquisição, tanto ao nível da gestão financeira e dos recursos humanos, como do próprio funcionamento do aparelho inquisitorial, visto que participou na segunda junta de Valhadolid. Contudo, este não seria a melhor bandeira para a batalha que se perfilava, até porque foi com ele como inquisidor geral que se publicou o famigerado breve do perdão geral. D. Pedro de Castilho era descendente da afamada dinastia de arquitectos reais do século XVI, conheceu uma ascensão social muito veloz, atingindo lugares da mais elevada importância, o que não poderia deixar de suscitar algum descontentamento entre alguns sectores da sociedade<sup>31</sup>. Quando este bispo de Leiria foi chamado às funções de inquisidor geral, não abandonou a sua diocese sem que as rendas desta fossem incorporadas nos seus rendimentos. Para além de acumular o vencimento do Santo Ofício, auferiu ainda

---

30 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 88, carta 23, fl. não renumerado.

31 Ver VEIGA, Carlos Margaça – D. Pedro de Castilho: Esboço de uma carreira no governo espanhol de Portugal. *Actas das primeiras Jornadas de História Moderna*. Lisboa: [s.n.], 1986.

do ordenado de vice-rei, cargo que ocupou entre 1605 e 1607. Em que tipo de redes clientelares se inseria uma personagem deste vulto? Ana Isabel López Salazar Codes constata que ele não terá fomentado uma lógica que favorecia a sua rede clientelar quando interveio nos quadros humanos da Inquisição, preferindo antes manter os ministros que já contavam com uma larga experiência no Tribunal, embora se falasse de um conflito latente entre este e os membros mais antigos do Conselho Geral, Marcos Teixeira e Bartolomeu da Fonseca, possivelmente derivada do episódio do perdão geral<sup>32</sup>. Era este último deputado quem representava D. Miguel de Castro nos despachos no fim da centúria anterior e que acompanhou os arcebispos na viagem à corte régia em 1602, enquanto Marcos Teixeira terá sido colega de D. Miguel de Castro como deputado do tribunal inquisitorial de Lisboa. Desenha-se aqui, aparentemente, uma facção opositora a D. Pedro de Castilho que tem as suas raízes no próprio Conselho Geral e que se vincula com D. Miguel de Castro.

Embora a relação crispada entre o arcebispo e o inquisidor geral se tenha principiado logo em 1605, a carta que D. Pedro de Castilho escreveu a D. Filipe III, em Outubro de 1606, denuncia a divergência e mútuo ataque entre estas duas figuras, servindo aqui como introdução à análise dos conflitos que emergiram durante este período. Nessa carta, Castilho debruça-se sobre o modo de vida e a forma como os bispos portugueses governavam suas dioceses. Nela só havia críticas para um prelado, o arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, que Castilho considerava descuidado na hora de reger a sua igreja. Na base da discórdia, o zelo do arcebispo em defender a jurisdição episcopal frente ao poder do Santo Ofício, nomeadamente nos casos de bigamia<sup>33</sup>.

Das visitas pastorais efectuadas no arcebispado de Lisboa no tempo de D. Miguel de Castro, entre a avassaladora maioria de denúncias de amancebamentos e alcouces, o pecado da bigamia foi uma acusação rara e circunscrita a um curtíssimo espaço de tempo, balizado pelos anos de 1605 e 1608<sup>34</sup>. No arcebispado de Lisboa, as denúncias levantadas dentro deste período de tempo partiram de padres-curas que estavam incumbidos de expor os casamentos fingidos que alguns casais, “vivendo de portas a dentro”, faziam crer que eram verdadeiros na comunidade a que pertenciam. Passou-se, para evitar estas situações, a exigir aos suspeitos a certidão de casamento, fazendo prova do estado em que diziam encontrar-se. O sacramento do matrimónio parece pois ter estado no centro das preocupações do arcebispo de Lisboa, nesta fase,

32 Cf. ANTT – Inquisição de Lisboa, Processo 16.846, f. 6v.

33 Cito a partir de LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel – *La Inquisición Portuguesa Bajo Felipe III...*, ob.cit., p. 144.

34 Para esta análise foram utilizados os livros de devassa que se encontram no Arquivo da Cúria Patriarcal com as seguintes cotas: 6, 32, 33, 85, 96, 99, 102, 104, 105, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 220, 225, 229, 305, 308, 341, 411, 431, 550, 624, 652, 669, 850, 857, 888. Contam-se entre estes os livros de visitação, devassa e admoestação.

originando, entre as devassas, os únicos e raros casos de bigamia que se conhecem das fontes documentais relativos à diocese de Lisboa.

Por sua vez, o Santo Ofício intensifica a perseguição inquisitorial a casos de bigamia. Note-se que entre 1586 e 1604 foram sentenciados na Inquisição por bigamia numa média anual de 1,5 pessoas. Durante o governo de D. Pedro de Castilho este índice subiu para os 2,4. No período em que D. Fernão Martins Mascarenhas foi inquisidor geral, até à data de falecimento de D. Miguel de Castro, 1625, o mesmo índice subiu para os 4,1<sup>35</sup>. Embora esta tenha sido, em última análise, uma tendência na *praxis* inquisitorial durante as primeiras décadas do século XVII, esta política parece ter sido particularmente defendida por D. Pedro de Castilho. Nos primeiros dois autos públicos celebrados durante o governo deste último, em 1605 e 1606, apesar de contarem com um número reduzido de sentenciados, os casos de bigamia constituíram cerca de 50 % dos delitos. Nos restantes autos conhecidos para o período em que D. Miguel de Castro foi arcebispo, este delito nunca excedeu os 7% da totalidade dos delitos sentenciados. Segundo Isabel Mendes Drumond Braga, só em 1612, a Inquisição poderia conhecer oficialmente o delito de bigamia, reflectindo-se no Regimento do Santo Ofício de 1613<sup>36</sup>. Francisco Bethencourt fala mesmo de uma resolução papal que confirma a jurisdição exclusiva da Inquisição no delito de bigamia<sup>37</sup>. Até à data, a imagem que D. Pedro de Castilho deixou passar durante os primeiros autos públicos da sua governação foi claramente provocadora e, nestas circunstâncias, compreende-se que D. Miguel de Castro tenha defendido de forma acérrima o seu direito sobre esta jurisdição. A análise dos autos-da-fé realizados durante o governo de Castilho, destaca-se o número relativamente elevado de condenados por delitos de foro misto, como a blasfémia, o sacrilégio, a bigamia, a sodomia e as práticas supersticiosas<sup>38</sup>. A Inquisição tinha, obviamente, jurisdição sobre estes casos, sobretudo se neles houvesse suspeita de erros na fé. Mas a procura em restabelecer e ampliar a jurisdição inquisitorial, numa altura em que a ofensiva sobre judaizantes teve que ser refreada, sobrepondo-se e impondo-se às demais jurisdições, foi a causa que desencadeou alguns conflitos com outros poderes que partilhavam o mesmo domínio jurisdicional, nomeadamente com os bispos.

O primeiro incidente nas relações entre a Inquisição e D. Miguel de Castro deu-se a 22 de Abril de 1605, quando o Conselho Geral do Santo Ofício enviou uma carta ao arcebispo de Lisboa por causa de um homem que estaria preso no aljube de Santarém, pelo delito de bigamia. Referia essa carta que o Conselho Geral teria

35 Esta análise parte da leitura das listas de autos-da-fé, contabilizando-se os sentenciados por este delito nos autos públicos e privados. Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Livro 6.

36 BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond – *A Bigamia em Portugal na Época Moderna*. Lisboa: Hugin, 2003, p. 35.

37 Cf. BETHENCOURT, Francisco – Cronologia da Inquisição. *A Inquisição em Portugal (1536-1821)*. Catálogo da Exposição organizada por ocasião do 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987, p. 16.

38 Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Livro 6. (Listas dos autos-da-fé).

enviado um familiar com um precatório dirigido ao vigário geral de Santarém, no qual se intimava este último a entregar o preso e os respectivos autos para que fossem levados para a Inquisição. Mas mesmo antes de o familiar ter chegado àquela cidade, D. Miguel de Castro já se antecipara (talvez indiciando que este teria contactos dentro do Santo Ofício), e enviara um recado à Mesa do Conselho, dizendo que o vigário geral o avisara da situação, e que o preso estava em posse dos seus oficiais, pedindo aos inquisidores que não insistissem em trazê-lo à Inquisição, pois ele tinha jurisdição para julgar o caso. Os deputados replicaram que não podiam “deixar de tomar conhecimento deste caso por pertencer ao Santo Ofício e o reo ser suspeito da fee por fazer injúria ao sacramento do matrimonio e ser estillo usado e praticado de muitos annos a esta parte, de se julgarem estes casos no Santo Ofício com o ordinario, onde se examina o reo com suspeito de heresia, e se pergunta pella tenção, o que se não pode fazer senão no carcere do Santo Ofício e assi parecer aos Senhores Inquisidores geraes passados, os quaes mandarão aos ordinarios que não tomassem conhecimento destes casos e elles sempre os remeterão a nos”<sup>39</sup>. A missiva era assinada pelos inquisidores de Lisboa Manuel Álvares Tavares, António Dias Cardoso e António de Pereira de Meneses.

A 3 de Maio de 1605, D. Miguel de Castro, provavelmente andando em visita, escreveu de Santarém para o inquisidor geral, D. Pedro de Castilho. Constatava que a Inquisição de Lisboa o acusara de não ter argumentos para reter um preso por bigamia, embora, dizia, os livros aprovados e o costume explicassem o contrário. Relembrava que, desde de que era arcebispo, já tinha sentenciado muitos culpados neste delito, sendo lidas as suas sentenças no púlpito da Sé, estando presentes os inquisidores entre as demais pessoas. Acrescentava ainda que ele já servira na Inquisição e fora dela, e não via razão para remeter um preso que estava no Juízo Eclesiástico, referindo que se tal coisa se fazia nos outros arcebispados, “lá eles terão as suas razões”, e que o caso não se podia comparar com outros, pois ele estava seguro da jurisdição que defendia. Da perspectiva eclesiástica, e nas palavras de João Travassos, vigário geral de Lisboa, este crime pertencia ao juízo eclesiástico “por ser *matteria de matrimónio*”<sup>40</sup>. Antes de terminar, com alguma manha, coloca os seus préstimos ao serviço da Inquisição para ajudar naquilo que fosse necessário, insistindo em que só prescindiria da jurisdição sobre o delito de bigamia com o parecer de doutos letrados, apesar de não se importar que o culpado fosse examinado pelos inquisidores, a fim de se saber se tinha ou não erros no entendimento ou simplesmente fraqueza, desde que depois remetido ao Eclesiástico, pois a Inquisição não podia castigar quem não era herege<sup>41</sup>.

Apesar de resistir e ter defendido a sua jurisdição no caso do bígamo, D. Miguel de Castro acabou por ceder ao inquisidor geral, ordenando ao seu vigário geral de

39 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 369, f. 171.

40 Cf. ANTT – Inquisição de Lisboa, Processo 4.644 (1611), f. 5.

41 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 91, carta 12, fl. não renumerado.

Santarém entregar o preso. Na carta que na altura escreveu, em Torres Novas, a 19 de Maio de 1605<sup>42</sup>, não deixou de voltar a frisar os mesmos argumentos utilizados anteriormente. Referiu que D. Pedro de Castilho merecia o cargo de inquisidor geral e que não tinha nada contra ele, mas que por estar consciente do acerto das suas posições, não lhe era fácil, sem violentar os seus direitos jurisdicionais ceder o preso. Solicitou, novamente, que houvesse um confronto do caso com a doutrina expressa nas obras e opinião dos doutos, isto é das autoridades de canonistas na matéria, pois acreditava, pela sua experiência, que o grande erro nestes casos de bigamia não era de fé mas antes da fraqueza humana. De uma forma muito diplomática, terminou dizendo que mandou que o vigário geral entregasse o bigamo, não por o caso ser jurisdição da Inquisição, mas pelas palavras com que o inquisidor geral lhe pedira, procurando demonstrar “com actos” que queria servir o Santo Ofício, mas assumindo que esta entrega não seria uma renúncia da sua jurisdição ordinária, a qual continuaria a exercer nesta matéria.

Mas terá sido uma dissimulação de uma submissão do arcebispo? Em 1607 um novo caso veio constituir um novo e idêntico cenário<sup>43</sup>. Tratou-se de um morador de Lisboa cuja mulher morreu afogada quando embarcava numa barca para cumprir o seu degredo em Angola. Não tendo mais notícias dela, e considerando-se viúvo, acabou por se casar segunda vez com uma outra mulher, tendo para o efeito obtido licença que lhe foi concedida por João Saraiva, vigário geral de Lisboa.

Suspeitando-se que as testemunhas apresentadas neste caso seriam falsas, Manuel Barbosa, personagem em questão, foi preso no aljube eclesiástico nos inícios de 1607. Por querer livrar-se das culpas que sobre ele impendiam, foi instaurado um processo pelo desembargador e vigário geral, Dr. João Travassos.

Entretanto, numa postura que indicia claramente o desejo de afirmar o poder inquisitorial nesta matéria e em afrontar o arcebispo, os inquisidores de Lisboa consideraram que o homem não tinha feito todas as diligências ao seu alcance para confirmar a morte da primeira mulher, e chamaram a si o caso, alegando que ele era bigamo, e que portanto devia ser julgado pelo seu delito na Inquisição. Assim, a 6 de Junho do mesmo ano, o réu foi submetido a um interrogatório na mesa do Santo Ofício, encontrando-se nos cárceres deste havia cerca de uma semana<sup>44</sup>.

Antes, a 26 de Maio de 1607, vincando a sua jurisdição, D. Miguel de Castro escrevera um alvará dirigido à própria justiça eclesiástica onde deixou bem patente que “por justos respeitos de serviço de Nosso Senhor e da jurisdição ordinaria que temos avocamos a nós o conhecimento e determinação da causa de Manuel Barbosa preso no aljube de nossa Corte pelas culpas de vizitação que por nosso especial mandado se fas nesta cidade pera que perante nos se proceda nella e se determine finalmente

42 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 91, carta 13, fl. não renumerado.

43 Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Processo 12.611.

44 Cf. *idem*, f. 51.



por nos como nos parecer Justica. Notificamo-lo assi ao Nosso Provisor, Vigario Geral e desembargadores, e mais officiais de nossa justica pera que della nao tome conhecimento ou se intrometao por via algua”<sup>45</sup>.

O que se passou até à sentença final do processo entre as duas instâncias é ignorado. Mas ao que parece D. Miguel de Castro aceitou, mais uma vez, que o caso fosse sentenciado pela justiça inquisitorial. De facto, o prelado só voltaria a ser mencionado, a 23 de Fevereiro de 1609, na data do despacho final. E na ocasião delegou o seu voto, não nos inquisidores, como era habitual fazer, mas sim no seu vigário geral, João Saraiva. No fundo quis vincar a sua autonomia. A sentença do Tribunal da Fé, declarava terem sido vistos os autos e confissões de Manuel Barbosa, decidindo-se que este deveria ir ao auto com vela acesa e que abjurasse de leve, cumprindo penitências espirituais e degredo por um tempo de cinco anos para as galés, pagando ainda as custas do processo e que recebesse açoites<sup>46</sup>.

Outro desentendimento idêntico repete-se em 1609 com o processo de bigamia de Maria Pereira. Esta mulher tinha sido presa por bigamia pelo juiz do crime, portanto um magistrado secular, e pediu ao vigário geral, João Travassos, que este enviasse um precatório ao dito juiz para que lhe remetesse o processo, visto que ela já teria sido denunciada na justiça eclesiástica<sup>47</sup>. Este, em carta datada de 29 de Abril de 1609, pediu de facto ao juiz da coroa: “por ora me fazer petição a dita Maria Pereira que a vossa mercê a mandara prender por culpas de se cazar duas vezes, e porque da mesma culpa estava antes denunciada neste Juizo Ecclesiastico pello que a elle pertencia o conhecimento do cazo asim por ser materia de matrimonio me pedia mandasse passar precatório pera Vossa Merce me remeter as ditas culpas”<sup>48</sup>. Francisco Carvalho, o juiz em questão, levou os autos e precatório aos inquisidores por não aceitar tal pedido. Sabendo disso, João Travassos pediu aos inquisidores que respeitassem o precatório e que o cumprissem. Em resposta, os inquisidores pediram ao carcereiro da cadeia da corte que mantivesse Maria Pereira em seu poder, enquanto faziam diligências para esclarecer o caso. E o que é certo é que os inquisidores não respeitaram o precatório e avançaram com o processo por bigamia na Inquisição.

Entretanto, este clima de disputa jurisdicional acabou por ser relatado ao monarca pelo inquisidor geral. Uma carta régia de 29 de Junho de 1609, dirigida a este último, é muito clara a declarar qual a prática tradicional que em Portugal se seguia nesta matéria, não deixando ainda quaisquer dúvidas quanto ao facto de que, nas pendências concretas em liça, o arcebispo tinha a razão pelo seu lado. O passo que mais eloquentemente o expressa é o seguinte: “havendo mandado ver particularmente a materia se entendeo

45 Cf. *idem*, f. 25.

46 Cf. *idem*, f. 67.

47 Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Processo 4.644.

48 Cf. *idem*, f. 5-5v.



que por ser este delicto mixti fori, e em que ha lugar a prevenção, tendo o Arcebispo feito a prisão dos culpados se lhe não pode conforme a direito tirar o conhecimento e castigo destes casos, e assi ainda que nestes Reinos costumão ordinariamente os bispos remetter à Inquisição semelhantes causas todavia aos que as hão querido reter se lhes não tirarao com violencia e censuras. Porem desejando eu que a Inquisição se conserve nesse Reino em toda authoridade e respeito devido, e sendo consideração a que com o terror de suas penas e castigos se refreia mais a frequencia destes delitos, escrevo ao arcebispo na boa forma que pareceo conveniente para elle remetter os prezos que tiver culpados neste”<sup>49</sup>.

Torna-se evidente nesta carta a prática comum que regia o tratamento destes delitos e a protecção do monarca às pretensões do Santo Ofício, apesar de saber que o arcebispo agia no plano estrito das suas competências. Mas, como se explicava, considerava o rei, tal como a maioria dos bispos do Reino, que a justiça inquisitorial era melhor obedecida que a episcopal, e, por isso, mais eficaz a erradicar comportamentos desviados.

D. Pedro de Castilho, quis aproveitar a oportunidade para aumentar o poder inquisitorial e deixar este assunto definitivamente resolvido. Isso passaria, naturalmente, por uma confirmação papal de que a jurisdição sobre bigamos seria exclusiva da Inquisição. Por isso, um mês após esta última carta régia, mais precisamente em 26 de Julho de 1609, o Conselho Geral do Santo Ofício preparou um documento intitulado *Informação per que se mostraão as rezoas que ha pera o Arcebispo de Lisboa e os mais ordinarios deste Reino remeterem as inquisisois delle os culpados no crime de casar segundas vez sendo suas primeiras mulheres ou seus primeiros maridos vivos, no qual se explanou toda a argumentação utilizada pela Inquisição para avocar a si os casos de bigamia*<sup>50</sup>.

Assim, procuraram-se justificar as interpretações inquisitoriais invocando várias autoridades, como Simancas, o qual dizia que as pessoas que se casam sendo a sua primeira mulher, ou seu primeiro marido, vivos, devem ser tomadas como sentindo “mal do Sacramento do matrimónio e por essa razão fiquão sospeitos na fee e per coseguinte da jurisdição dos inquisidores”. Apoiavam-se ainda em outros canonistas que dizem que “dado que o dito crime seja mixti fori não o he a respeito dos inquisidores mas somente a respeito dos bispos e juízes seculares<sup>51</sup>” e que o poder que os pontífices delegaram aos inquisidores não é um “poder privative mas cumulative com elles (os bispos) e huns e outros podem proceder contra o mesmo Reo<sup>52</sup>”. Defendia-se por fim a

49 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 88, carta 53, fl. não renumerado. A participação do juiz ordinário, neste caso o arcebispo, em processos deste tipo seria incontornável, visto tratar-se de um delito de foro misto que, ao contrário da sodomia, não era da jurisdição privativa do Santo Ofício. O julgamento dos suspeitos estaria ainda reservado à instância judicial que primeiro conhecesse o caso.

50 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 99, f. 111v.

51 Cf. *idem*, f. 112v.

52 Cf. *idem*, f. 113.

prática instaurada pelo breve *Cum Audiamus*, de 14 de Abril de 1561, que determinava que os processos pendentes na justiça ordinária poderiam ser avocados pelo inquisidor geral com os sumários e autos do tribunal eclesiástico, sendo os prelados convocados apenas para o despacho da sentença final<sup>53</sup>.

Esta doutrina, continuavam, teria sido confirmada em alguns episódios anteriores. Entre estes contavam o caso do bígamo de Santarém, já aqui descrito. O poder dos inquisidores em avocar os suspeitos de heresia que se encontravam no aljube, limitando a intervenção do prelado ao acto da sentença, seria tido como uma prática estabelecida pelo costume e pelas leis. Referiam ainda que “no anno de 604 estando prezo no aljube desta cidade (de Lisboa) por mandado dos dittos oficiais do Arcebispo outro homem pello mesmo crime os inquisidores della tanto que o souberão o mandarão por seos menistros e officiais buscar ao dito aljube aos quais foi entregue a elles o entregarão nos cárceres da Inquisição da ditta cidade ao alcaide delles e vierão tambem a dita inquisição as culpas que contra elle avia no juizo ordinario do dito Arcebispo e por ellas e por outras deligencias que de novo se fizerão foi o ditto prezo sentenseado finalmente pellos inquisidores assistindo a isso da mesma maneira o comissario do Arcebispo<sup>54</sup>. Fala-se aqui, certamente, do caso de Gaspar Fernandes. Este foi preso por bigamia na cadeia de Atouguia, pelo desembargador da Relação Eclesiástica e visitador do arcebispado de Lisboa, Domingos Ferreira<sup>55</sup>. A referida visita decorreu na Ribeira de Peniche, ao 20 de Junho de 1604. Uma vez preso, o réu apelou a João Saraiva, desembargador da Relação Eclesiástica e vigário geral de Lisboa, para que este tomasse o conhecimento do seu caso porque pretendia livrar-se daquelas culpas. Mas pouco depois, através de uma carta enviada aos inquisidores, cujo autor não foi possível identificar, mas que era seguramente alguém da Relação Eclesiástica de Lisboa, o processo era remetido ao Santo Ofício<sup>56</sup>. D. Pedro de Castilho, desde Fevereiro de 1604, já seria Inquisidor geral, mas, nessa altura, o breve do perdão geral ainda não tinha sido concedido pelo Sumo Pontífice, nem Castilho sido nomeado vice-rei em consequência da publicação do breve. A confrontação clara entre estes dois tempos, deduz que foi marcante nas relações estabelecidas entre a Inquisição e a Mitra de Lisboa a publicação do breve e, sobretudo, o papel que Castilho teve nesse processo.

Retomando, D. Miguel de Castro não baixara os braços face à disposição papal, pois, em 1614, o licenciado António de Aguiar Mergulhão, vigário da vara da vila de Torres Vedras, instaurou um processo contra um bígamo chamado Diogo da Cunha, recolhendo os treslados dos livros de casados e testemunhos, e pediu licença aos inquisidores para denunciar esse caso ao “ordinario”, pois o crime pertencia ao juízo

53 Cf. *idem*, f. 114.

54 Cf. *idem*, f. 114v-115.

55 Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Processo 3.821.

56 Cf. *idem*, f. 33.

eclesiástico “por ser *matteria de matrimónio*”<sup>57</sup>. Constatava ainda que Sua Magestade lhe dera ordem para verificar as intenções dos catecúmenos que não vivessem bem, sentença que aplicara a um indivíduo que estava preso e a outro que a Inquisição soltara posteriormente. E lamentava que “muitas vezes tenho dito a pessoas de quanta misericórdia usa esa mesa cos penitentes”, deixando o aviso, relativo ao caso concreto do bigamo Diogo da Cunha: “vendo agora que o mandarão soltar farão vida (sic) e a culpa disso pelo menos não caíra sobre mi”. Diogo da Cunha voltou a casar-se com a licença do próprio arcebispo de Lisboa, tendo sido novamente apresentado à Inquisição, em 1616 para, ser averiguada a legitimidade desse casamento<sup>58</sup>. O arcebispo não se pronunciou. Mas, nessa data, vestia o papel de vice-rei, para além de que o inquisidor geral já era D. Fernão Martins Mascarenhas.

Outros delitos, como o da sodomia, não conheceram um debate tão rico como este que foi deflagrado em torno da questão da bigamia. Não obstante, nota-se que este caso marcou a ruptura entre D. Miguel de Castro e D. Pedro de Castilho, o que terá repercussões nos casos que se seguem.

Em termos jurisdicionais, embora se tratasse de um delito de foro misto, no plano prático a sodomia foi sendo tendencialmente incorporada na exclusiva jurisdição do Santo Ofício<sup>59</sup>. No primeiro dia de Setembro de 1552, o arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, concedeu jurisdição aos inquisidores de Lisboa para poderem conhecer os casos de crime nefando<sup>60</sup>. A 10 de Janeiro do ano seguinte, esta disposição foi reafirmada por alvará régio<sup>61</sup>. O cardeal D. Henrique, a 24 de Maio de 1555, voltou a autorizar a comissão pela qual os inquisidores de Lisboa podiam conhecer este pecado<sup>62</sup>. Por fim, em 1562 e em 1574 dois breves vieram a confirmar uma jurisdição que já há muitos anos vinha a ser praticada<sup>63</sup>.

Nestas circunstâncias, não haveria, aparentemente, espaço para conflitos de natureza jurisdicional. Como se pode verificar nos registos que ficaram das visitas pastorais levadas a cabo por D. Miguel de Castro, não houve uma única denúncia ou confissão respeitante a este tipo de delito. Quanto muito haveria um reportar de denúncias à Mesa da Inquisição, mas nem desta prática subsistem provas para o período de tempo estudado. O carácter mais reservado dos julgamentos deste tipo de delito,

57 Cf. ANTT – Inquisição de Lisboa, Processo 5.948 (1614), f. 13.

58 Cf. *idem*, f. 42-42v.

59 Numa carta possivelmente datada de 1612 é demonstrado as várias medidas tomadas contra os casos de sodomia desde o tempo de D. Sebastião. Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 94, f. 279-279v. DIAS, João José Alves – Para uma Abordagem do Sexo Proibido em Portugal no século XVI in SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (Coord.) – *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, Lisboa, 1989, Vol. 1, p. 151-159.

60 Cf. PEREIRA, Isaías da Rosa – *Documentos para a História da Inquisição em Portugal (Século XVI)*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984. Fascículo 18, doc. 30, p. 34-35.

61 Cf. *idem*, doc. 43, p. 47-48.

62 Cf. *idem*, doc. 22, p. 29.

63 Cf. BETHENCOURT, Francisco – *Cronologia da Inquisição. art.cit.*, p. 19 e 21.

envolvido ainda pelo segredo processual, também não propiciava uma exposição pública que pudesse levar à intervenção pontual de alguns poderes judiciais. Por norma, nem mesmo a penitência seria pública, sendo a sentença lida nos autos privados. Apenas na data do despacho estaria presente o representante do ordinário, ponto do processo onde dificilmente haveria retrocesso.

Considerando os baixos números revelados pelos autos privados e pelos processos existentes, pode-se deduzir que a perseguição a este delito não foi feroz. Contam-se, para o período de 1586 a 1599, apenas oito sentenciados nos autos privados, enquanto no período que se sucedeu até ao perdão geral não foram sentenciados nenhuns suspeitos deste delito. No período em que D. Pedro de Castilho governou a Inquisição apenas foram sentenciados três suspeitos. Este delito só viria a estar no centro das discussões das várias instâncias judiciais na década de 20 do século XVII, surgindo então as primeiras sentenças por sodomia em autos públicos<sup>64</sup>.

Não seria aqui pertinente falar de sodomia sem terem ocorrido alguns diferendos entre a Inquisição e a Mitra de Lisboa. Apurou-se apenas um conflito neste período respeitante a este delito e, embora não se prenda a uma questão jurisdicional, que por nada seria justificada, ele tem uma relação indirecta com D. Miguel de Castro. Nasceu de uma questão operativa associada com a articulação dos vários poderes ao longo do processo percorrido pelos réus suspeitos de sodomizar.

Em alvará régio de 31 de Julho de 1611 constata-se que, por se celebrar nesse dia auto-da-fé em Lisboa, não havia tempo para tomar decisões sobre a remissão de processos de culpados no pecado nefando pela Inquisição para a justiça secular, pelo que se determinou que, apenas nesta vez, os desembargadores do Paço recebessem as sentenças ditadas pela Inquisição e que as cumprissem, inclusivamente as de morte, como se tratasse do delito de heresia e apostasia. Finalizava o mesmo alvará avisando que, em ocasiões futuras, o rei deveria ser melhor informado antes da realização do auto<sup>65</sup>.

A prática comum ditava que quando os réus fossem remetidos à justiça secular para serem relaxados, deveriam ser acompanhados pelos autos e sentença, para serem examinados pelos magistrados seculares. O que este último episódio deixa transparecer é que houve um contornar desta prática, tendo os inquisidores monopolizado a avaliação do processo. O monarca não deixou esta situação passar incólume e mandou que D. Pedro de Castilho, em 31 de Agosto de 1611, enviasse ao vice-rei as razões que existiam para que os relaxados pelas culpas do pecado nefando fossem só julgados pelos inquisidores sem que se entregassem os processos aos juízes seculares. D. Filipe III pretendia ainda ver essas razões e o breve em que se fundamentavam para assim terem procedido<sup>66</sup>.

64 Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Livro 6.

65 Ver ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 88, cartas 202 e 203, fl. não renumerado.

66 Cf. *idem*, carta 67a, fl. não renumerado.

É importante frisar que o presidente da Casa da Suplicação, nesta altura, era o sobrinho de D. Miguel de Castro, D. Diogo de Castro. A carta que inflamou este episódio partiu do punho de D. Diogo de Castro, havendo outras cartas do mesmo dia, em resposta ao manifesto do regedor, escritas pelo Marquês Vice-rei e pelo Conselho Geral do Santo Ofício<sup>67</sup>.

Num período de acesa contenda entre o arcebispo de Lisboa e o inquisidor geral, este pode ter sido um artifício do primeiro para colocar entraves à prática jurisdicional da Inquisição, em jeito de resposta ao último confronto. O posicionamento de um seu familiar num Tribunal da Relação possibilitava e legitimizava este confronto, uma vez que se verificavam novos atropelos às práticas judiciais então vigentes. Trata-se claramente, numa análise mais alargada, de uma procura pelo equilíbrio dos vários poderes no domínio judicial.

O desfecho desta situação aconteceu em 1614 quando o monarca publicou um alvará régio ordenando às justiças seculares que procedessem contra os relaxados por crime de sodomia apenas pelas sentenças dos inquisidores, sem ser necessário verem os autos. Era mais uma vitória da Inquisição.

O segundo grande motivo da polémica entre o arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro e a Inquisição, no tempo de D. Pedro de Castilho, foi motivado pela jurisdição sobre casos de curas por palavras e bênçãos, também designadas ensalmos.

De acordo com uma carta régia, datada de 9 de Maio de 1612, chegou às mãos do monarca uma provisão que os inquisidores publicaram sobre as pessoas que curavam com ensalmos e palavras supersticiosas, na qual se acusava o arcebispo de Lisboa de impedir que se fixasse a dita provisão nas portas das igrejas paroquiais. Perante o que lhe era relatado, o monarca pediu ao inquisidor geral que enviasse as razões que existiam para que a Inquisição conhecesse tais casos, fazendo semelhante pedido ao arcebispo<sup>68</sup>.

Na resposta, o Conselho Geral do Santo Ofício elaborou um extenso texto latino, no qual aborda esta mesma controvérsia, e expende os seus argumentos, intitulado *Informatio Juris et facti in casu infra proposito onde exata est controversia, de competentia Jurisdictiones inter ordinarium et Inquisitores Olysiponenses facta pro parte Inquisitorum*<sup>69</sup>.

Neste preciso ano, tal como já foi referido, chegou a Portugal a resolução papal que confirmava a jurisdição da Inquisição sobre o delito de bigamia. Depois dos conflitos exaltados em alguns episódios, D. Miguel de Castro vira derogada uma jurisdição que considerava igualmente sua por direito e costume. Estaria agora, novamente, na eminência de conhecer uma nova amputação dos seus direitos jurisdicionais?

67 Cf. *idem*, carta 67b, 67c, 67d, fl. não renumerado.

68 Cf. *idem*, carta 71, fl. não renumerado.

69 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 94, carta 94, f. 242-248.



O episódio que aqui se retrata foi referido, já depois de passada toda a polémica, na terceira parte da obra do deputado da Inquisição de Évora, Manuel Vale de Moura, *De incantationibus seu ensalmis*, a qual teve a sua primeira edição em 1620<sup>70</sup>. Na sua óptica, seria da incubência da Inquisição o julgamento dos que curam com ensalmos, contra-argumentando a tese que assentava nos decretos tridentinos e que enaltecia o papel dos bispos neste domínio<sup>71</sup>. Sustentava que o Concílio referia que era proibido todo o uso abusivo de palavras sagradas e que não se tolhia aos inquisidores o poder de conhecer qualquer superstição que fosse manifestamente herética. Afirmava ainda que os tribunais episcopais e seculares não podiam decidir sobre este tipo de questões sem consultarem antes um teólogo.

A intervenção do monarca para a solução do diferendo entre o arcebispo e a Inquisição foi decisiva. Note-se que o papel do monarca na relação entre as duas instituições foi sempre o de moderar a discussão, deixando qualquer resolução para depois de confrontar os argumentos de cada parte. Em carta de 24 de Outubro de 1612, D. Filipe III referia que já tinha verificado os argumentos utilizados por D. Miguel de Castro e pela Inquisição sobre a jurisdição sobre os culpados por curar com ensalmos e práticas supersticiosas<sup>72</sup>. O arcebispo apoiou-se nas constituições dos bispados do Reino e a Inquisição num breve de Sisto V e, embora o monarca compreendesse que este fosse um delito de foro misto, diz que deveria ser conhecido pela justiça eclesiástica porque isso nunca lhe fora retirado por breve apostólico. Acrescentava que apenas quando houvesse alguma heresia, idolatria ou pacto com o diabo, é que os tais ensalmadores deveriam ser remetidos à Inquisição. Por fim, o monarca apelava ao bom senso das partes envolvidas: “Desejando eu que se não confundão as jurisdições e nem haja alteração no que sempre se uzou, e he mais conforme a direito me pareceo encomendar-vos e encarregar-vos (como o faço) que ordeneis, como nesta conformidade se proceda, e os inquisidores não inovem nella cousa alguma deixando exercitar livremente aos ordinarios sua jurisdição, e o mesmo mando escrever ao arcebispo para que o tenha entendido”<sup>73</sup>.

Este episódio só poderá ser cabalmente entendido na sequência de conflitos que envolveram D. Miguel de Castro e D. Pedro de Castilho. O caso que funda esta nova demanda foi, ao que parece, um caso isolado. Desde que foi provido arcebispo, D. Miguel de Castro apenas assistira a dois sentenciados por práticas supersticiosas,

70 Este episódio, tal como a obra de Vale de Moura, foi estudado por José Pedro Paiva na sua obra *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas” (1600-1774)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002 (1ª edição de 1997), p. 26-33.

71 Sobre o debate teológico em torno da feitiçaria ver PAIVA, José Pedro – *Bruxaria e superstição...*, *ob.cit.*; CARO BAROJA, Júlio – *Witchcraft and Catholic Theology in* ANKARLOO, Bengt; HENNINGSEN, Gustav – *Early Modern European Witchcraft – Centres and Peripheries*, Oxford: Clarendon Press, 1990, p.19-43; CLARK, Stuart – *Thinking with Demons – the idea of Witchcraft in Early Modern Europe*, New York: Oxford University Press, 1999.

72 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 88, carta 72, fl. não numerado.

73 Cf. *idem*.



tendo o último caso decorrido num auto privado celebrado em 1609, único processo que se conhece para o período em que D. Pedro de Castilho foi Inquisidor geral<sup>74</sup>. Mesmo os cadernos do promotor são mudos quanto a este tipo de denúncias. Por outro lado, o conhecimento deste delito seria uma prática corrente das visitas pastorais, embora os livros de devassas para este período demonstrassem uma maior concentração desses casos na zona do Ribatejo (actual distrito administrativo de Setúbal)<sup>75</sup>, assinalando-se apenas uma ocorrência em Óbidos em 1612<sup>76</sup>.

O edital já referido que D. Pedro de Castilho pretendia fixar nas igrejas paroquiais em 1612 foi mais uma tentativa da Inquisição em alargar e fixar as suas fronteiras jurisdicionais. D. Miguel de Castro, uma vez mais, não facilita essa tarefa.

Por estes anos a Inquisição também tratou de reservar para si a jurisdição sobre o delito de solicitação. Era mais uma frente que poderia ter criado confrontos com o ordinário. Mas neste plano parece que tal não se verificou, parecendo que o arcebispo aceitou a nova jurisdição criada neste domínio a favor do Tribunal da Fé.

O conflito entre D. Miguel de Castro e a Inquisição extravasou, em determinada altura, o domínio jurisdicional concreto para se focar num indivíduo: Miguel de Lacerda. Ele era prior da Igreja de Santa Maria de Torres Vedras, na diocese de Lisboa, onde igualmente residia, acumulando em determinada altura o cargo com o de capelão da Capela Régia. Na data em que se principiou o seu processo, em 1604, teria 62 anos, cerca de seis anos mais novo do que D. Miguel de Castro. Tal como este último, também Lacerda era doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra. Dizia ser cristão-velho mas descobriu-se, posteriormente, que tinha uma parte de cristão-novo.

Miguel de Lacerda estivera em Madrid em 1600, no tempo em que o Marquês de Castelo Rodrigo foi nomeado vice-rei, tendo permanecido aí cerca de seis meses. Nessa altura foi chamado à presença do confessor do monarca, frei Gaspar de Córdoba, para falarem sobre a matéria do perdão geral, discutindo-se os prós e contras da publicação deste. Pouco tempo depois, o confessor, a mando do monarca, pediu que os argumentos discutidos fossem colocados por escrito. Ramires de Praga, do Conselho Real e amigo do confessor, disse a Lacerda que vira o dito papel em casa do confessor e que seria bom que fosse impresso<sup>77</sup>.

O réu desculpou-se de não ter participado isso nessa altura ao Santo Ofício, por não ter havido tempo, mas que também não participou depois de ter feito um escrito porque, quando voltou a Portugal, D. Miguel de Castro, afirmava, desincentivou-o a fazê-lo<sup>78</sup>. Este entregou o seu único traslado ao arcebispo de Lisboa, perguntando-lhe

74 Cf. ANTT – Inquisição de Lisboa, Livro 6, f. 73v-74v. Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Processo 8.052 (1609). Processo de Francisco Barbosa, acusado de ter um livro de feitiçarias e querer experimentar algumas.

75 Cf. ACP – Livros de Devassas, Livro n.º 33, 205, 341.

76 Cf. ACP – Livros de Devassas, Livro n.º 431.

77 Cf. ANTT – Inquisição de Lisboa, Processo 16.846, f. 7v.

78 Cf. *idem*, f. 2v.

“se havia mais que fazer alguma cousa que a faria, e elle lhe disse que não havia que fazer”. Uma vez chamado à Mesa da Inquisição, foi ter com o arcebispo à Aldeia Galega, intersectando-o na viagem que então fazia para Madrid. D. Miguel de Castro ter-lhe-á afirmado que o “ditto treslado ficuava fechado no seu escritório, e assi não lho podia hora dar”.

Por volta de 1602, Miguel de Lacerda foi chamado à Mesa da Inquisição de Lisboa para tratar deste assunto, interrogatório para o qual apenas existe uma referência. Depois de ser ouvido, dirigiu-se a Cristóvão de Moura, explicando o que se teria passado, “e mostrando-se elle declarante desconsolado diante do visorey, o ditto visorey lhe disse que tinha acerca do ditto perdão quatorze papeis de letrados com que ele podia viver pelo que lhe parecia que não hera materia de o chamarem a esta mesa”<sup>79</sup>.

O seu primeiro processo no Santo Ofício arrancou no dia 23 de Julho de 1604, tendo ele de imediato procurado deixar claro que do escrito por ele feito não era lícito concluir que o perdão geral se deveria conceder, acrescentando que “morrera antes mil mortes, que fazer cousa que entendesse que era contra o Sancto Officio e ministério delle”<sup>80</sup>.

Na segunda sessão do processo, decorrida a 31 de Julho de 1604, Miguel de Lacerda procurou desviar a atenção dos inquisidores para outro caso, porém sem efeito. Disse que quando foi a Évora, antes do Entrudo do ano anterior, encontrou na Aldeia Galega um clérigo chamado Fernão Farto, beneficiado da igreja de S. Jorge e morador em Alfama, parecendo-lhe que seria cristão-novo. Ambos foram para Montemor-o-Novo e, no percurso, “vierão a praticar fraqueza dos homens acerca da sensualidade e a este proposito fallando de outras pessoas falou o ditto clérigo fraquezas de sensualidade que tinha certa pessoa desta Inquisição”<sup>81</sup>. Quando voltou desta última localidade, pousou na casa de Pedro da Silva, promotor da Inquisição de Évora, ao qual contou a conversa que teve com o tal clérigo.

Numa sessão posterior, abordou as relações entre o D. Pedro de Castilho e os membros do Conselho, dizendo lembrar-se “que estando pousado por hospede em Evora em casa de Pero da Silva promottor da Inquisição da ditta cidade lhe parece lhe dissera que o bispo de Leiria que oje esta nomeado por Inquisidor Geral não era amigo do Senhor Doutor Marcos Teixeira, e que o ditto senhor bispo lhe dissera que fazendo lhe Nosso Senhor merce do ditto cargo não se havia de governar por ninguém se não por seu entendimento”<sup>82</sup>.

A relação entre réu e os inquisidores intensificou-se quando este disse que não devia ser examinado com tanto rigor como o foi João Nunes, prior de São Pedro de

79 Cf. *idem*, f. 6.

80 Cf. *idem*, f. 1v.

81 Cf. *idem*, f. 3v.

82 Cf. *idem*, f. 6.

Torres Novas, porque “o ditto rigor que com o ditto João Nunes usarão lhe parecia que vinha da parte do arcebispo desta cidade, por não estar bem com o ditto João Nunes por demandas que tiverão”<sup>83</sup>. Mais, que “indo em hua gualle o senhor arcebispo para Aldea Gallega quando elle foi para Madrid, elle declarante foi na ditta gualle com elle e lhe perguntou se sabia sua senhoria a causa porque o ditto João Nunes fora preso, o ditto senhor lhe respondeo que o ditto João Nunes era cristão-novo, e que se ajuntarão outras sospeitas e não lhe disse outra cousa”<sup>84</sup>.

As perguntas que se seguiram procuravam saber quem mais sabia destas culpas, levantando o problema do segredo de processo. O réu disse ainda que sabia outras razões como o facto da mãe de João Nunes ao morrer lhe encomendar a Lei de Moisés em presença de muitas testemunhas, sendo esta enterrada sem que o prior tivesse comunicado o sucedido ao Santo Ofício.

Mas Miguel de Lacerda voltou à Inquisição. As razões que levaram a que fosse novamente chamado ao Tribunal, dando lugar a um novo processo em 1608, são, no entanto, de natureza diferente, não descurando alguma desconfiança que decorreria do primeiro processo.

A 11 de Junho de 1608, apareceu na Mesa do Santo Ofício, sem para tal ser chamado, o licenciado Afonso Vieira, cónego na Igreja de Santa Maria de Alcáçova da Vila de Santarém. Segundo o seu testemunho, quando os governadores voltaram para a cidade de Lisboa depois de passada a peste, em 1599, D. Miguel de Lacerda pregou na capela de Sua Majestade, proferindo proposições heréticas cujo conteúdo poderia resumir-se à qualificação de Cristo como homem puro em vez de filho de Deus. O denunciante não o delatou mais cedo porque só soube disso quando um teólogo, confessor da dita capela, chamado Baltazar Salema lho contou. Vendo ele, posteriormente, que D. Miguel de Lacerda estava preso, decidiu oferecer o seu testemunho<sup>85</sup>. Seguiu-se a denúncia de João Cernigue de Alicanda, arcipreste da Sé de Lisboa. Por este foi dito que, depois de ter sido feito o auto-de-fé em Lisboa, no mosteiro de São Domingos, em que saiu somente Miguel de Lacerda, que diziam estar preso, resolveu testemunhar que lhe tinha ouvido dizer mais proposições heréticas, entre as quais a que Nossa Senhora pariu como as outras mulheres<sup>86</sup>.

Estes testemunhos referem que D. Miguel de Lacerda terá sido sentenciado no auto-da-fé, do dia 29 de Maio de 1608. A sentença foi lida no Mosteiro de São Domingos de Lisboa no cruzeiro da Igreja, de portas fechadas, diante dos religiosos da Ordem e outras, juntamente com os fidalgos. Fez abjuração de veemente suspeita na fé, e mostrou “mais sinais de soberba e elaçam que de humildade e paciencia rindo-se por vezes” nos

83 Cf. *idem*, f. 8v.

84 Cf. *idem*, f. 9v.

85 Cf. ANTT – Inquisição de Lisboa, Processo 1.443, f. 3v.

86 Cf. *idem*, f. 5v.

momentos em que lhe apontavam as suas culpas, sem que nunca levantasse as mãos quando abjurava frente ao crucifixo<sup>87</sup>. O que causou escândalo. Foi condenado a dois anos de suspensão da cura da sua igreja e de reclusão no mosteiro de São Paulo da vila de Almada, da Ordem de São Domingos. Face a estas novas acusações, decidiu-se que o réu deveria continuar a cumprir a sua sentença, decisão que partiu do despacho do primeiro de Outubro de 1608, contando com a participação de João Saraiva, como representante do arcebispo de Lisboa no despacho do processo<sup>88</sup>.

Findo o período de reclusão, o inquisidor geral recebeu uma carta na qual se atestava que o sentenciado cumpriu a condenação e as penitências impostas e pediu que se enviasse uma carta ao prior do convento para o soltar<sup>89</sup>. Frei Solício Pinheiro, prior, assinou uma carta de 28 de Maio de 1610, na qual diz que iria soltar Miguel de Lacerda. Porém, não lhe terá sido levantada a suspensão da licença de cura. D. Miguel de Castro terá apelado ao Papa para que este fosse dispensado da sentença. Por seu turno, D. Pedro de Castilho apelou ao monarca para que intercedesse junto ao Papa para que a sentença promulgada fosse cumprida<sup>90</sup>. Este pedido foi atendido e acabou por favorecer subsequente decisão pontifical em não conceder a licença a Miguel de Lacerda para pregar<sup>91</sup>.

D. Miguel de Castro nunca mais voltou a interceder por Miguel de Lacerda, mas também o processo estendeu-se para além do governo de D. Pedro de Castilho. A 15 de Janeiro de 1619, Lacerda estava sozinho quando apresenta uma nova petição ao monarca<sup>92</sup>.

Ana Isabel Lopez-Salazar considera que, para Castilho, castigar esta personagem seria muito conveniente no processo de recuperação do seu poder e autoridade<sup>93</sup>, e penso que D. Miguel de Castro estaria consciente dessa mesma intenção. Todavia, o arcebispo ainda não estaria certamente esquecido de que fora D. Pedro de Castilho que permitira a publicação do breve do perdão geral, o que poderá ter conduzido à suspeita de que a estratégia de D. Pedro de Castilho passava pela criação de um bode expiatório, de forma a deixar claro que se opunha vivamente ao perdão concedido aos cristãos-novos em 1605. Com o arrastar do processo para lá do governo de Castilho, D. Miguel de Castro perde interesse pela situação de Miguel de Lacerda, o que evidencia o carácter político deste conflito entre o arcebispo e D. Pedro de Castilho.

87 Cf. *idem*, f. 21v e 29.

88 Cf. *idem*, f. 44.

89 Cf. *idem*, f. 43.

90 Cf. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 88, carta 64, fl. não renumerado.

91 Cf. *idem*, carta 73ª, fl. não renumerado.

92 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 88, carta 98.

93 Cf. LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel – *La Inquisición Portuguesa...*, *ob.cit.*, p. 137.

D. Miguel de Castro encontrava-se num ponto de charneira da história da Inquisição. Era já um homem com idade respeitável, há cerca de duas décadas à frente da diocese de Lisboa, e o seu perfil de arcebispo, ex-governador do reino, bem como relações familiares que o inscreviam nas mais destacadas redes de poder do Portugal dos Filipes, fizeram dele um incansável resistente às mudanças. Sobretudo, claro está, aquelas que punham em causa o seu estatuto ou interferiam com a sua jurisdição.

Acrescia a tudo isto uma difícil relação com o inquisidor D. Pedro de Castilho que configura um quadro de alguma emulação entre os dois prelados. É certo que ambos eram fiéis defensores da dinastia filipina, mas, simultaneamente, eram contendores por lugares de relevo no governo do Reino. D. Miguel, já tinha sido governador, era arcebispo de Lisboa e de ilustre linhagem. Não deve ter apreciado que Castilho, de origem social bem mais modesta, oriundo de uma mitra incomparavelmente menos lustrosa e rica do que a sua de Lisboa, tivesse, por 1604, chegado a inquisidor geral, superando-o. Tanto mais quanto se sabe, como bem explicou Ana Isabel Lopez Salazar, que no contexto da escolha de Castilho para o lugar, D. Miguel de Castro também foi proposto ao rei<sup>94</sup>. A tudo se juntava ainda o facto de Pedro de Castilho ter sido o inquisidor geral que aceitou a imposição do perdão geral, contra o qual os prelados portugueses, entre os quais o de Lisboa, tanto tinham combatido. A emulação entre os dois devia ser grande e o arcebispo de Lisboa sentiu-se ultrapassado. Não custa ver aqui um complexo de factores que ajudam a perceber as posições que o arcebispo veio tomar face à Inquisição.

Tal como Joaquim Romero de Magalhães demonstrou, a Inquisição não foi sempre a mesma<sup>95</sup>. Ora, reconhecendo-se a mutação da fisionomia inquisitorial, deve admitir-se, igualmente, a variabilidade e até alteração das posições dos restantes agentes e instituições do campo religioso face a determinadas fases desse processo. O aumento da percentagem de réus cristãos-velhos na Inquisição, como resposta a um abrandamento da perseguição aos cristãos-novos provocada pelo perdão geral, poderá ter criado um quadro distinto do que D. Miguel de Castro tinha conhecido nos seus tempos de inquisidor. Pior, a nova situação dava azo a uma margem de conflito com a jurisdição episcopal, para a qual também pode ter contribuído o facto de D. Pedro de Castilho ter sido antes bispo e, por conseguinte, conhecer bem os meandros desse universo. No fundo, havia alterações no campo religioso, resultantes de novas dinâmicas que alteravam um quadro estabilizado em que até então se tinha vivido.

94 Quem o refere é LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel – *Poder y ortodoxia. El gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*. [s. l.]: Universidad de Castilla-La-Mancha, [2008], (tesis doctoral presentada en el Depatamnto de Historia de da Facultad de Letras de la Universidad de Castilla-La-Mancha), p. 39 e 52.

95 Ver MAGALHÃES, Joaquim Romero – Em busca dos “tempos” da Inquisição (1573-1615). *Revista de História das Ideias*, 9 (1987), Coimbra. Vol. II, p. 191-228.



## Tempos de paz (1615-1625)

A 8 de Abril de 1615, chegava à Mesa do Conselho Geral a notícia de que D. Pedro de Castilho, inquisidor geral, estaria doente<sup>96</sup>. D. Miguel de Castro, por sua vez, após um período conturbado na relação com o primeiro, viu a sua figura a ser elevada a vice-rei de Portugal (1615, 11 Julho – 1617, 16 Março)<sup>97</sup>. Este cargo, apesar de o arcebispo o saber provisório, veio dignificar uma posição que parecia ter saído fragilizada com os debates jurisdicionais travados com o Santo Ofício, o que talvez justifique a pressão dos familiares do arcebispo para o provimento deste. A família dos Castro ainda assegurava alguns cargos importantes no final da vida de D. Miguel, principalmente D. Diogo de Castro, 2º Conde de Basto, que ainda seria investido governador do Reino em 1621-1622 e 1623-1626<sup>98</sup>.

Este período, com D. Miguel de Castro como vice-rei e com D. Fernando Martins Mascarenhas, bispo do Algarve, à frente da Inquisição, inaugurou uma nova fase nas relações do arcebispo com o Tribunal da Fé, marcada pela inexistência de conflitos. Se no ciclo anterior se verificaram sucessivos ataques da Inquisição à jurisdição episcopal, neste período ressalta uma consolidação das fronteiras estabelecidas até então.

A par de uma crescente burocratização do processo inquisitorial, a actividade inquisitorial foi conhecendo um aumento gradual de casos de foro misto envolvendo cristãos-velhos, não obstante a ainda predominante atenção sobre os casos de judaísmo. O aumento do número de processos inquisitoriais em matéria de foro misto acentuou-se a partir de 1619, em grande parte devido a uma preocupação exacerbada pela proliferação do pecado nefando. Não obstante, D. Miguel de Castro voltaria a dar comissão ao inquisidor mais antigo para assistir por si aos despachos inquisitoriais. No Tribunal de Évora, onde também se julgaram réus naturais de Lisboa, o arcebispo delegou sempre o seu voto em ministros da Inquisição<sup>99</sup>. Em 1617 e 1620 apenas se assistiu a pontuais comissões delegadas ao licenciado Damião Viegas, que era igualmente seu provisor<sup>100</sup>.

A 3 de Novembro de 1620, o monarca escreveu ao inquisidor geral, acusando recepção de missiva dele, na qual constava o quanto iam lavrando no Reino de Portugal os crimes de sodomia e feitiçaria, alertando como esta situação necessitava de vigilância e castigo rigoroso, incumbindo D. Fernão Martins Mascarenhas de actuar nesta matéria

96 Cf. ANTT – Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 88, f. 14.

97 A nomeação deu-se a 19 de Junho de 1615. Cf. OLIVAL, Fernanda – *Filipe II, ob.cit.*, p. 148, 164-165. Ver também SCHAUB, Jean-Frédéric – *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 99.

98 Cf. OLIVEIRA, António de – *D. Filipe III*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 331.

99 Cf. ANTT – Inquisição de Évora, Livro 6.

100 Cf. ANTT – Inquisição de Lisboa. Processos 1.092, 5.948, 1.085, 9.599.



com todo o zelo<sup>101</sup>, insistindo por várias vezes, em 1624, com a execução de um breve onde seria proibido absolver os casos de heresia<sup>102</sup>.

Embora a erradicação dos crimes de sodomia e feitiçaria sejam aqui apresentados como da incumbência do Santo Ofício, estranha-se a ausência de qualquer manifestação de D. Miguel de Castro respeitante à questão da feitiçaria. Entre 1616 e 1625 foram levados aos autos públicos e privados da Inquisição cerca de treze suspeitas em práticas supersticiosas como a feitiçaria. Os próprios cadernos do promotor deste período atestam o facto de haver mais casos de feitiçaria a serem conhecidos pelo Tribunal do Santo Ofício. Mas o arcebispo de Lisboa não voltou a reclamar a sua jurisdição sobre estes casos, embora o conflito de 1612 se tenha resolvido em seu favor.

O processo contra Bárbara Serrão oferece um interessante cenário, marcado pelas tréguas institucionais que se viviam<sup>103</sup>. Esta já teria sido sentenciada pela Relação Eclesiástica de Lisboa a quatro anos de degredo para Castro Marim, por praticar artes divinatórias, mas não chegou a cumprir o degredo por se encontrar muito doente. Foi avisada pelos criados da casa da condessa, onde trabalhava, que a haviam de acusar, provavelmente por insistir nas mesmas práticas. Por essa razão veio apresentar-se ao padre Frei Manuel Coelho, no momento em que este realizava uma visita inquisitorial<sup>104</sup>. Este deputado do Santo Ofício, ouvindo-a, acabou por mandá-la embora. Por fim esta recorreu ao capelão de Dom Estevão que a recomenda a confessar-se na Mesa do Santo Ofício, o que de facto ela fez em audiência de 21 de Fevereiro de 1619. Nesta audiência, o inquisidor da Mesa disse-lhe que ela não poderia sair de Lisboa sem autorização do Santo Ofício. Os mesmos inquisidores expuseram a situação ao inquisidor geral, pedindo-lhe, por ela dizer que teria medo de ser presa pelo arcebispo de Lisboa, que enviasse uma carta para que não fosse presa enquanto estivesse a ser julgada no Tribunal inquisitorial<sup>105</sup>. Isto porque havia dois anos e meio que Barbara teria sido presa pelo tribunal eclesiástico por estas culpas<sup>106</sup>. Efectuaram-se os interrogatórios da praxe e, em 23 de Dezembro de 1620, os autos foram vistos em Mesa, sendo o ordinário representado pelo inquisidor mais antigo. Sinal de que a confiança plena do arcebispo voltara. Além disso, também do lado da Inquisição, se voltara a acreditar e cooperar com ele, como o atesta a nota lavrada pelo secretário do Santo Ofício que se apensou ao processo: “Certifico Eu Manoel da Silva, secretario do Sancto Officio da Inquisição de Lisboa, que os senhores inquisidores mandarão vir a esta mesa huns autos contra Barbara Sarrã nestes contheuda que se processarão no juizo eclesiastico desta ditta cidade e por nelles não aver cousa que pertencesse a esta mesa os mandarão remetter

101 Cf. *idem*, carta 116, fl. não renumerado.

102 Cf. *idem*, carta 161 e 162.

103 Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Processo 1.313 (1619).

104 Cf. ANTT – Inquisição de Lisboa, Processo 1.313, f. 28.

105 Cf. *idem*, f. 37.

106 Cf. *idem*, f. 28v.

outra vez ao ditto juizo [eclesiástico] e por passar na verdade passei esta per mim feita e assinada aos vinte e tres dias do mes de Dezembro de seiscentos e vinte annos”<sup>107</sup>. Apesar disso a arguida é sentenciada por despacho inquisitorial a dois anos de degredo para Castro Marim e a apresentar-se no auto-da-fé, com uma vela acesa na mão, que se realizaria na igreja de São Domingos a 10 de Janeiro de 1621.

O episódio onde talvez melhor se vislumbre um clima de cooperação entre o Santo Ofício e o arcebispo sucedeu no início do ano de 1620. Então, os inquisidores de Lisboa receberam uma carta contendo uma denúncia de um caso de solicitação ocorrido em Torres Novas, e responderam ao delator nos seguintes termos: “Vossa Merce tem cumprido com sua obrigação em nos avizar nesta sua carta do que vio fazer aquelle sacerdote antes de dizer missa na noute de Natal; e para que Vossa Merce acabe de perder de todo o escrupulo que trasia nesta materia lhe emcarregamos que na primeira visitação que se fizer nessa vila (de Torres Novas) por ordem do Senhor Arcebispo, Vossa Merce denuncie deste mesmo caso diante do visitador. Nosso Senhor guarda a Vossa Merce, em Lisboa a 30 de Janeiro de 620”<sup>108</sup>.

Poucos meses depois, em Maio de 1620, o visitador do arcediagado de Santarém, Simão da Costa de Amaral, estando em visitação na vila de Torres Novas, encontrou uma comissão dos inquisidores relativa ao tal caso de solicitação, e remeteu ao Santo Ofício as culpas levantadas, bem como as de um outro caso semelhante de que tivera notícia em Rio Maior, acrescentando ainda na missiva que em tudo faria o que os inquisidores lhe ordenassem<sup>109</sup>.

Neste ciclo, houve outras áreas onde se vislumbram traços de cooperação entre a Inquisição e o arcebispo. As visitas inquisitoriais são retomadas entre 1618 e 1625, ao mesmo tempo que se verifica um aumento do número de visitas pastorais na diocese de Lisboa. A visita inquisitorial à Sé de Lisboa em 1618 evidencia este retorno a um espírito de entendimento entre D. Miguel de Castro e a Inquisição<sup>110</sup>. No mesmo ano, D. Manuel Pereira iniciou uma visita na região de Lisboa que se estendeu pelo ano seguinte<sup>111</sup>. No livro que acompanha esta visita surge uma certidão de Manuel d’Abreu, notário da visitação, na qual se lavrou que não se registaram denúncias de “feitiçarias, e oraçõis superticiosas, tirar almas, das quoaís soprestiçãois e feitiçarias se usava mui ordinariamente em muitos mosteiros de freiras que elle senhor inquisidor tambem visitou a instancia dos prelados e dos proprios religiosos, as quais pessoas confitentes elle senhor inquisidor depois de reprehendidas e muito admoestadas lhes dava as penitencias saudaves e necessarias e se as ditas confissõis se não escreverão neste

107 Cf. *idem*, f. 23.

108 Cf. ANTT – Inquisição de Lisboa, Caderno do Promotor, Livro 205, f. 65.

109 Cf. *idem*, f. 61.

110 Cf. ANTT – Inquisição de Lisboa, Livro 802, f. 55.

111 Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Livros 797 e 798.

livro foi porque as ditas culpas não sabião a heresia manifestamente”<sup>112</sup>. Sinal de que o visitador da Inquisição estava ciente dos limites da sua jurisdição, e não queria abrir frentes de conflito com o arcebispo, para mais em matéria que tinha sido objecto de pendências no passado. No verso da mesma certidão acrescenta, depois de anunciar vários delitos do foro misto, que “os sobreditos crimes não erão da jurisdição do Santo Officio se não lansarão nem escreverão neste livro”.

E por fim, inscrita ainda no período estudado, foi realizada a visita à cidade de Santarém, conduzida por Frei António de Sousa<sup>113</sup>, na qual foram denunciados vários delitos de foro misto, como os ensalmos, feitiçarias ou ter livros de feitiços, contabilizando cerca de dezasseis casos. Seguem-se os casos de blasfémias ou palavras escandalosas, em grande parte proferidas por cristãos-novos, mas igualmente por alguns sacerdotes de missa. Surge apenas um caso de bigamia, dois de solicitação e um de sacrilégio. Mas nada parece ter levantado disputas jurisdicionais. A mesma multiplicidade de delitos de foro misto é verificada nos autos da fé públicos e privados realizados neste período<sup>114</sup>.

Do exposto, pode-se concluir que este período foi de bom entendimento entre D. Miguel de Castro e o Tribunal da Fé, mesmo tendo em conta que nele se assistiu a uma intensificação das práticas repressivas de ambos os tribunais. A atitude beligerante de D. Miguel de Castro face à Inquisição parece ter-se cingido ao governo de D. Pedro de Castilho. Se da sua parte ainda houvesse motivos de queixa, a idade avançada que já ostentava e talvez o declínio social que a sua família começava a evidenciar, também inviabilizavam perpetuar este braço de ferro.

O arcebispo lisboeta morreu a 1 de Julho de 1625, no mesmo ano em que a Inquisição tomou de rompante a cidade de Santarém, cidade onde o prelado, por muitas vezes pousava, nomeadamente na altura dos conflitos que travara com este Tribunal. Se isso foi feito com a intenção de provocar, o que não parece, ele já não pode reagir.

## Em jeito de conclusão

D. Miguel de Castro viveu um período de charneira da história da Inquisição. Numa fase de reorganização e definição de novos contornos da máquina inquisitorial, seria inevitável a emergência de conflitos de carácter jurisdicional e até mesmo de representação social com outros agentes do campo religioso. A ideia de uma Igreja rejuvenescida e militante, delineada pelos decretos tridentinos, elevava os seus membros a um novo estatuto, algo que foi ainda reforçado pela chamada “clericalização dos governos”. D. Miguel de Castro comunga desta posição, que viu ser apoiada com

112 Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Livro 809, f. 273. Documento assinado em Alenquer ao 8 de Maio de 1619.

113 Ver ANTT – Inquisição de Lisboa, Livros 809 e 810. Ver LOURENÇO, Maria Paula Marçal – Uma visita da Inquisição de Lisboa: Santarém, 1624-1625. *1º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*, Lisboa, 1989, Vol. 2, p. 567-595.

114 Cf. *idem*.

a promoção da sua família em cargos de relevo do quadro político português. A resistência deste arcebispo às mudanças operadas na Inquisição em anos decisivos da sua história, não deve, todavia, ser vista como resultante de uma fractura ideológica ou de qualquer desconfiança em relação ao papel decisivo na preservação da integridade religiosa do Reino e na perseguição aos cristãos-novos que, também ele considerava ser o do Tribunal da Fé. No fundo, a beligerância que manteve num determinado período da sua vida com o Santo Ofício, foi determinada pela defesa do seu estatuto social e episcopal – num contexto de reforço geral da imagem do bispo na Igreja pós-tridentina e, simultaneamente, de projecção político-social alcançada por si e pela sua família. A isto aliou-se uma controvérsia de cunho pessoal, num misto de rivalidade, inveja e despeito, com quem temporariamente teve as mais altas funções à frente do Tribunal da Fé e do reino de Portugal: o inquisidor-geral e por duas vezes vice-rei D. Pedro de Castilho.